

DIREITO PÚBLICO E TRIBUTÁRIO

OBJETIVO

COMPREENDER E APRIMORAR CONHECIMENTOS E ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PÚBLICO, SUA ORGANIZAÇÃO E CAPACITAR PROFISSIONAIS PARA UTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO NESSES RAMOS PARA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL

DISCIPLINAS

1 - CRIMES CONTRA A ORDEM FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. A ORDEM ECONÔMICA E AS RELAÇÕES DE CONSUMO. CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A ORDEM TRIBUTARIA.

2 - DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO, FINALIDADE, PRINCÍPIOS. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS. O ESTADO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA. PODER DE POLÍCIA. ATO E FATO ADMINISTRATIVO. BENS PÚBLICOS. CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: LEGISLAÇÃO, PRINCÍPIOS, FORMALIZAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, EXECUÇÃO, RESCISÃO. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: LEGISLAÇÃO, PRINCÍPIO, CLÁUSULAS EDITALÍCIAS, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA. MODALIDADES DE LICITAÇÃO.

3 - DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL: O ESTADO E O PODER DE TRIBUTAR; DIREITO TRIBUTÁRIO: CONCEITO, DIVISÃO E FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO; TRIBUTOS: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, CLASSIFICAÇÕES, ELEMENTOS, ESPÉCIES; PRINCÍPIOS GERAIS; LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR; IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS; COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS; REPARTIÇÕES DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.

4 - DIREITO ECONÔMICO/AGÊNCIAS REGULADORAS

DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO- ESTADO , DIREITO E ECONOMIA. ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA. INSTRUMENTOS ESTATAIS DE INTERVENÇÃO NA ECONOMIA. NOÇÕES DE PODER REGULAMENTAR. AGÊNCIAS REGULADORAS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS, AS AGÊNCIAS NORTE-AMERICANAS. INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E FUNÇÃO REGULADORA. REGIME JURÍDICO. INDEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E AUTONOMIA FINANCEIRA. PODER NORMATIVO. AGÊNCIAS ESTADUAIS.

5 - DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO: DÍVIDA ATIVA E FAZENDA PÚBLICA. DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. DEPÓSITOS JUDICIAIS. DO SIGILO BANCÁRIO. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSOS ADMINISTRATIVOS. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. MODALIDADES DE AÇÕES TRIBUTÁRIAS. DA CONCESSÃO DE CAUTELAR NAS AÇÕES TRIBUTÁRIAS.

6 - ESTADO GERENCIAL BRASILEIRO/RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

ESTADO GERENCIAL BRASILEIRO: ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DIRETA E INDIRETA. AUTARQUIAS. EMPRESAS PÚBLICAS. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÕES. PARCERIAS JUNTO À INICIATIVA PRIVADA DE FINS LUCRATIVOS. PARCERIAS COM A SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO COMPARADO E NO BRASIL. A CULPA CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL. A RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA. TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE POR OMISSÃO. O DANO MORAL E O AGENTE PÚBLICO.

7 - METODOLOGIA DA PESQUISA E MONOGRAFIA

MÉTODOS DE ESTUDO: FICHAMENTO, RESENHA, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO CIENTÍFICO. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA. PROJETO DE PESQUISA. MONOGRAFIA. ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA MONOGRAFIA. UNIFORMIZAÇÃO REDACIONAL. DISCIPLINA DESENVOLVIDA NA SECRETARIA VIRTUAL.

8 - TEORIA GERAL DO ESTADO/DIREITO CONSTITUCIONAL

ORIGENS E FORMAS DE ESTADO, GOVERNO E SOBERANIA. REGIMES POLÍTICOS, SISTEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS. DEMOCRACIA: ORIGENS, ESPÉCIES, EXERCÍCIOS E FUNDAMENTOS. ASPECTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO E SOCIAL DE DIREITO. BASES TEÓRICAS DO FEDERALISMO. O ESTADO FEDERAL BRASILEIRO, SEUS PODERES E O PACTO FEDERATIVO. INTERVENÇÃO. OS ÓRGÃOS DO ESTADO: LEGISLATIVO, EXECUTIVO, JUDICIÁRIO. A NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: INTERPRETAÇÃO, APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, OBJETIVO E OBJETO, CLASSIFICAÇÕES. HISTÓRICO DO CONSTITUCIONALISMO NO MUNDO E NO BRASIL. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO. PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E DERIVADO. MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL. DIREITOS HUMANOS: AFIRMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUÇÃO DOS DIREITOS EM GERAÇÕES. DIREITOS FUNDAMENTAIS. A QUESTÃO DA PONDERAÇÃO DE INTERESSES NA CONSTITUIÇÃO.